

CONTRATO DE LICENÇA DE SOFTWARE, INTERMEDIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado, na qualidade de licenciante, **ZIG TECH, UNIPESSOAL, LDA**, registrada com o número de identificação fiscal (NIPC) 515048941, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, nº 113, na cidade de Lisboa, Portugal, Código Postal nº 1050-031, neste ato representadas na forma de seu estatuto social ("CONTRATADA" ou "ZIG"); e de outro lado, na qualidade de licenciado, conforme qualificado no Termo de Aceitação, o qual é parte integrante deste Contrato ("CONTRATANTE").

CONTRATANTE e CONTRATADA individualmente denominadas simplesmente por "Parte" e em conjunto como "Partes".

Ao utilizar e realizar operações nos Softwares disponibilizados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE estará automaticamente a aderir e concordar com as condições deste Contrato, o qual está disponível para consulta no site <https://zig.fun/termos-e-politicas/>

A CONTRATADA poderá alterar as condições deste Contrato, a qualquer tempo, podendo o CONTRATANTE, caso não concorde com a modificação, denunciá-lo a qualquer tempo, conforme previsto neste Contrato.

Considerando que:

I – A CONTRATADA é proprietária e legítima titular de softwares que permitem ao CONTRATANTE realizar a gestão de consumo de seus Utilizadores, por meio da utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis;

II – Ainda, a CONTRATADA é legítima titular de uma aplicação para dispositivos móveis com acesso à internet disponível na Plataforma ZIG, que permite aos Utilizadores registrados realizarem pagamentos em razão da compra de produtos ou serviços comercializados pelo CONTRATANTE;

III – A Plataforma e a Aplicação se encontram integrados com o sistema de pagamentos das Credenciadoras e/ou Instituições de Pagamento com as quais a CONTRATADA possui relação comercial, permitindo ao CONTRATANTE receber pagamentos dos Utilizadores; e

IV – O CONTRATANTE pretende obter a intermediação e licença para o uso da Plataforma, além de utilizar os serviços prestados pela CONTRATADA.

Resolvem as Partes celebrar este Contrato de Licença de Software, Intermediação e Prestação de Serviços ("Contrato"), de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

1 - Definições e Objeto

1.1. As seguintes palavras e expressões, no singular ou plural, quando escritas neste Contrato com sua primeira letra maiúscula, terão as seguintes definições:

"Aplicação": software de titularidade da CONTRATADA, para utilização por meio de smartphone e outros dispositivos móveis com acesso à internet, que permite aos Utilizadores consultar seu consumo.

"Conteúdo": toda e qualquer informação contida na Aplicação, incluindo fotos, desenhos, artes gráficas, layouts, textos, dados, preços, histórico de consumo, dentre outros, que serão disponibilizadas pelo CONTRATANTE aos Utilizadores.

"Credenciadora": adquirente ou subadquirente que possui relação comercial com a CONTRATADA e que realizará o credenciamento do CONTRATANTE para aceitar e receber pagamentos com cartões de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país.

“Cashless”: O sistema Cashless é certificado como uma conta pré-paga eletrônica, na qual todas as informações são criptografadas e os dados são gravados diretamente no chip de um cartão/pulseira RFID e transmitidos para uma plataforma online/offline no conceito de conta corrente. Com o dispositivo (cartão ou pulseira) é possível realizar carga de créditos e consumo nos pontos de atendimento e serviços do(s) evento(s) e/ou estabelecimento(s).

“Chargeback”: Refere-se ao ato de contestação de uma compra via cartão de crédito diretamente com a entidade emissora do cartão.

“Dado Pessoal” ou “Dados Pessoais”: consiste no termo usado para se referir a qualquer informação que identifique ou torne identificável uma pessoa natural e que esteja contida nos dados coletados pelo CONTRATANTE e seja protegida da mesma forma como dados pessoais, informações pessoais ou informações de identificação pessoal segundo a GDPR, incluindo, sem limitação, os dados pessoais dos Utilizadores do Aplicativo ou Plataforma da CONTRATADA.

“Funcionalidades”: ferramentas tecnológicas disponibilizadas na Plataforma, que possibilitam ao CONTRATANTE: (i) disponibilizar Conteúdo para os Utilizadores; (ii) permitir que os Utilizadores efetuem compras no CONTRATANTE; (iii) receber os pagamentos realizados pelos Utilizadores, por meio da integração com os Serviços de Pagamento; (iv) utilizar o Modulo Fiscal (abaixo definido); e (iv) coordenar as atividades na venda de produtos ou serviços aos Utilizadores por meio do Cashless.

“Instituição de Pagamento”: instituição que possui relação comercial com a CONTRATADA, e que presta serviços de gestão e custódia de recursos financeiros depositados em contas de pagamento, processamento de transações de pagamento, dentre outros serviços disponíveis.

“Leis Aplicáveis”: significa toda a legislação vigente, incluindo leis, regulamentos, regras, ordens, decretos ou outras diretrizes com força de lei, relacionadas à proteção de dados e que sejam aplicáveis às Partes.

“General Data Protection Regulation ou “GDPR”: consiste no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados 2016/679, que regula as atividades de Tratamento de Dados Pessoais na União Europeia e no Espaço Econômico Europeu.

“Plataforma”, “Plataforma ZIG”: softwares de propriedade da CONTRATADA, para utilização online e off-line, pelo qual o CONTRATANTE poderá utilizar as Funcionalidades disponibilizadas pela CONTRATADA, além dos Serviços de Pagamento prestados pelas Credenciadoras e/ou Instituições de Pagamento.

“Serviços”: serviços de tecnologia prestados pela CONTRATADA por meio da intermediação e licença da Plataforma e do Aplicativo, incluindo a disponibilização de Funcionalidades, integração com os Serviços de Pagamento e auxílio no credenciamento do CONTRATANTE perante uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento.

“Serviços de Pagamento”: serviços de meios de pagamento prestados por uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, e que permitem ao CONTRATANTE receber pagamentos dos Utilizadores mediante a utilização de cartões de crédito ou débito ou outras formas de pagamento online em vigor no país, e realizar transações de pagamento.

“Utilizador” ou “Utilizadores”: pessoa física que, após se cadastrar perante a CONTRATADA, poderá acessar à Aplicação, ter acesso ao Conteúdo disponibilizado pelo CONTRATANTE e realizar pagamentos em razão da aquisição de produtos ou serviços disponibilizados pelo CONTRATANTE.

“POS”: POS ou PoS é um ponto de venda ou ponto de serviço (do inglês: *Point of Sale* ou *Point of Service*). O POS utiliza conexão GPRS ou wifi para comunicação, e os cupons das transações são impressos pelo próprio POS.

“Tratamento”: significa toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento,

arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

“Violação de Dados Pessoais”: é o termo usado para se referir a uma violação de segurança que cause, em caráter acidental ou ilegal, a destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a Dados Pessoais transmitidos, armazenados ou tratados de outra forma pela CONTRATADA em relação à prestação dos Serviços. O termo “Violação de Dados Pessoais” não abrange tentativas ou atividades que não comprometam a segurança dos Dados Pessoais, tais como: tentativas fracassadas de login, pings, varreduras de portas, ataques de negação de serviços e outros ataques de rede a *firewalls* ou sistemas em rede.

1.2. Por este Contrato, a CONTRATADA concede ao CONTRATANTE, a intermediação e licença não exclusiva, intransferível e onerosa da Plataforma ZIG, conforme o caso, para utilização das Funcionalidades.

1.2.1. A Plataforma e a Aplicação, esta quando disponível, se encontram integrados com o sistema de uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, permitindo ao CONTRATANTE a utilização dos Serviços de Pagamento, de acordo com os termos previstos neste Contrato.

1.3. Também se inclui no objeto deste Contrato a prestação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, dos seguintes serviços (em conjunto “Serviços”):

- a) Entrega, em comodato ou locação, conforme aplicável, dos Equipamentos para a captura de transações com cartão de crédito ou débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país;
- b) Execução dos atos necessários para o credenciamento do CONTRATANTE ao sistema de uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, incluindo a obtenção, análise e envio de informações e documentos (“Credenciamento”);
- c) Mão de obra qualificada e com experiência comprovada, em conformidade com toda a legislação vigente, inclusive trabalhista, previdenciária e tributária;
- d) Suporte, treinamento e assessoria do CONTRATANTE para o uso da Plataforma e dos Equipamentos, assim como sobre os Serviços de Pagamento;
- e) Emitir e enviar nota fiscal, conforme necessário, para que o CONTRATANTE efetue os pagamentos acordados dentro dos prazos estabelecidos.

1.4. Ao preencher o cadastro de identificação (“Cadastro”) e aceitar deste Contrato (“Termo de Aceite”), o CONTRATANTE poderá se utilizar de todas as Funcionalidades disponíveis na Plataforma ZIG, conforme o caso, dos Serviços prestados pela CONTRATADA disponíveis no país e dos Serviços de Pagamento prestados por uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, conforme aplicável.

2 – Utilização da Plataforma

2.1. Para utilizar da Plataforma, o CONTRATANTE deverá possuir hardwares e softwares em condições compatíveis, de acordo com as configurações e requisitos indicados pela área técnica da CONTRATADA.

2.1.1. Será de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE obter, manter e custear os *hardwares* e *softwares* necessários, bem como contratar o acesso à internet (incluindo impostos, tarifas ou encargos cobrados pelos provedor de serviços).

2.1.2. A CONTRATADA não será responsável por qualquer problema decorrente da impossibilidade de uso da Plataforma devido à incompatibilidade dos *hardwares* e *softwares*, nem pela intermitência ou indisponibilidade de conexão à internet utilizada pelo CONTRATANTE.

2.2. A Plataforma licenciada será de uso exclusivo do CONTRATANTE, sendo proibida, salvo se expressamente autorizado pela CONTRATADA, a utilização por outras empresas, ainda que sendo do mesmo grupo econômico ou localizadas na mesma morada.

2.3. Sempre que necessário, a CONTRATADA, mediante aviso prévio e sempre que possível em horário comercial, poderá entrar nas dependências do CONTRATANTE para: (i) verificar se a Plataforma está sendo utilizada conforme previsto neste Contrato; e (ii) realizar atualização ou manutenção (preventiva ou corretiva) da Plataforma.

2.3.1. O uso indevido da Plataforma pelo CONTRATANTE pode resultar na rescisão imediata deste Contrato, sem prejuízo da cobrança da Remuneração devida à CONTRATADA até o término do prazo de vigência, como cláusula penal cumulativa e não compensatória.

2.4. A Plataforma permitirá a utilização das Funcionalidades contratadas. A CONTRATADA poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, incluir novas Funcionalidades ou alterar suas características, mediante comunicação prévia ao CONTRATANTE.

2.5. O CONTRATANTE se compromete a fornecer e manter atualizadas todas as informações necessárias para o uso correto das Funcionalidades pelos Utilizadores, principalmente em relação: (i) ao Conteúdo a ser publicado; e (ii) aos produtos e/ou serviços comercializados.

2.5.1. O CONTRATANTE será exclusivamente responsável, perante a CONTRATADA, Utilizadores e terceiros, por todo o Conteúdo disponibilizado na Aplicação, inclusive a lista de consumo e respectivos preços.

2.6. A CONTRATADA não garante a ininterruptão e a velocidade da Plataforma, que pode apresentar indisponibilidade, lentidão e erro de processamento, inclusive por tempo indeterminado, em casos de manutenção preventiva ou corretiva, erro de sistema, falhas de outros prestadores de serviços e eventos de caso fortuito ou força maior, incluindo, mas, não se limitando, aos casos a seguir descritos: (i) incêndios; (ii) inundações; (iii) desastres naturais; (iv) greves; (v) interceptação das vias de comunicação por fatores alheios à vontade das Partes; (vi) rompimento de alimentação de rede elétrica, telefônica ou de telecomunicação; (vii) decisões judiciais; (viii) descumprimento de obrigação assumida por terceiros para a qual a Parte envolvida não tiver dado causa; e (ix) ataques cibernéticos invasivos diretos ou indiretos.

2.6.1. O CONTRATANTE reconhece que a CONTRATADA não será responsável por perdas e danos de qualquer natureza, devido à indisponibilidade da Plataforma, considerando que tais situações são previsíveis e possíveis em serviços de tecnologia.

2.7. O CONTRATANTE não pode utilizar da Plataforma para fins ilícitos, incluindo a captação ilegal de dados, informações ou qualquer outro tipo de atividade que possa causar danos à CONTRATADA, aos Utilizadores, Credenciadoras e/ou Instituições de Pagamento.

2.8. O CONTRATANTE reconhece e concorda que, durante a vigência deste Contrato, não poderá celebrar acordos ou contratos com terceiros para a prestação de serviço Cashless ou quaisquer serviços relacionados às Funcionalidades, que possam concorrer, total ou parcialmente, com os serviços fornecidos pela CONTRATADA.

2.9. Em caso de evento(s), o CONTRATANTE deverá fornecer à equipe da CONTRATADA, sem nenhum custo, rádios de comunicação HT, para utilização durante todo o período do(s) evento(s), bem como, estrutura segura em sala reservada com tranca, para guarda dos Equipamentos, onde também será alocado um espaço exclusivo para ambiente de carga das baterias dos Equipamentos.

2.10. Ainda em caso de evento(s), o CONTRATANTE deverá fornecer à equipa da CONTRATADA, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, o envio da ementa para configurá-lo na Plataforma, conforme especificações disponibilizadas pelo CONTRATANTE.

2.10.1. A CONTRATADA não é responsável por conferir se as especificações da ementa estão corretas e/ou completas, sendo o CONTRATANTE o único responsável a este título, comprometendo-se em manter a CONTRATADA isenta e indene de quaisquer demandas, reivindicações e/ou questionamentos nesse sentido.

3 – Credenciamento para utilização dos Serviços de Pagamento

3.1. Para a utilização dos Serviços de Pagamento, o CONTRATANTE autoriza que a CONTRATADA realize seu Credenciamento perante uma Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, mediante o fornecimento de todas as informações e documentos necessários, ou, alternativamente, disponibilizará os documentos à Credenciadora/Instituição de Pagamento indicada pela CONTRATADA.

3.1.1. A Credenciadora responsável pelos Serviços de Pagamento será definida pela CONTRATADA e informada ao CONTRATANTE, sempre que solicitado.

3.1.2. A gestão, custódia e transferência de recursos será realizada exclusivamente pela Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, em conformidade com as legis vigentes, de acordo com os termos e condições do Anexo – Abertura de Conta de Pagamento; do qual o CONTRATANTE declara-se ciente e anuente.

3.2. O CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a compartilhar suas informações e documentos com a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, para possibilitar seu Credenciamento.

3.2.1. Por meio deste Contrato, o CONTRATANTE concede à CONTRATADA todos os poderes necessários para realizar todos os atos necessários ao seu Credenciamento, incluindo a adesão ao contrato de credenciamento das Credenciadoras e do Anexo – Abertura de Conta de Pagamento da Instituição de Pagamento.

3.2.2. O CONTRATANTE, ao fornecer todos os dados e documentos exigidos, será civil e criminalmente responsável pela veracidade das informações declaradas, inclusive perante a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento; obrigando-se a manter a CONTRATADA ciente sobre qualquer alteração em seus dados, para que sejam atualizados perante a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento.

3.3. O CONTRATANTE será considerado credenciado perante a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento a partir do momento em que os Serviços de Pagamento estiverem disponíveis ao CONTRATANTE.

3.3.1. Os Serviços prestados pela CONTRATADA não garantem o efetivo Credenciamento do CONTRATANTE, pois a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento poderá deixar de credenciar qualquer pessoa física ou jurídica que, a seu exclusivo critério, não cumpra com as condições por eles exigidas.

3.3.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar à Credenciadora uma cópia do contrato de credenciamento.

3.4. A Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento será a única responsável pela prestação dos Serviços de Pagamento, incluindo o cancelamento, a suspensão, a ausência ou o estorno do pagamento das transações de pagamento realizadas em favor do CONTRATANTE.

3.4.1. A CONTRATADA, em nenhuma hipótese, será responsável por qualquer descumprimento obrigações relacionadas com os Serviços de Pagamento, cabendo o CONTRATANTE adotar todas as medidas que entender necessárias perante a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento.

3.4.2. A CONTRATADA não pagará qualquer indenização, independentemente da sua natureza (inclusive por danos emergentes, lucros cessantes, perda de receita ou danos morais), caso o CONTRATANTE venha a ter prejuízo em razão de erros e problemas nos Serviços de Pagamento.

3.5. A prestação dos Serviços de Pagamento estará sujeita ao pagamento de remuneração específica à Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento, nos termos da proposta comercial apresentada. A remuneração da Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento em nenhuma hipótese é considerada uma linha de receita da CONTRATADA, sendo a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento exclusivamente responsável por suas tarifas aplicadas.

3.6. O CONTRATANTE está ciente e concorda que a CONTRATADA, terá acesso às informações referentes às transações de pagamento realizadas em razão dos Serviços de Pagamento, as quais lhe serão disponibilizadas pela Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento.

3.7. As transações comerciais de aquisição ocorrerão por meio dos POS de acordo com a legislação e regulação vigente, bem como em observância às regras estabelecidas pelos instituidores dos arranjos de pagamento dos quais a CONTRATADA participa.

3.8. Os POS deverão ser utilizados nas transações comerciais POS realizadas pelo CONTRATANTE na modalidade presencial, sendo neste caso a sua utilização condicionada ao uso de senha pessoal.

3.9. O CONTRATANTE deverá utilizar o POS de acordo com a legislação aplicável e conforme as especificações do fabricante, e somente com os fins previstos neste Contrato, sendo expressamente vedada a utilização dos POS para fins ilegítimos, fraudulentos ou que infrinjam o Contrato, respondendo civil e criminalmente pelo uso indevido.

3.10. O CONTRATANTE obriga-se a apresentar aos seus Utilizadores todas as condições da transação comercial constantes da tela do POS para a conferência e aceite da transação comercial POS pelos Utilizadores.

3.10.1. O CONTRATANTE está ciente e concorda que deverá arquivar os comprovantes referentes as transações realizadas nas POS junto aos seus Utilizadores, tendo em vista que os referidos comprovantes são prova inequívoca da realização das operações de pagamento e poderão ser utilizados para contestar eventuais divergências junto à Credenciadora.

3.11. O CONTRATANTE somente poderá realizar transações comerciais POS regulares, sendo vedado aceitar pagamento em transações fictícias ou simuladas, incluindo, sem se limitar: (i) desmembrar uma única venda em duas ou mais transações no mesmo instrumento de pagamento, mediante a submissão de duas ou mais transações; (ii) fornecer ou restituir aos portadores de instrumento de pagamento, por qualquer motivo, quantias em dinheiro (moeda nacional ou estrangeira, cheques, ordens de pagamento ou títulos de crédito); e/ou (iii) qualquer outro tipo ou forma de transações considerada irregular pela CONTRATADA.

3.12. Estarão sujeitas ao não processamento ou ao cancelamento as transações comerciais POS irregularmente realizadas pelo CONTRATANTE do POS, sob quaisquer modalidades, de forma conivente ou não, em circunstâncias que caracterizem fraude ou estejam em desacordo com este Contrato ou com a legislação vigente.

3.13. A CONTRATADA, a qualquer momento, poderá substituir a Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento responsável pelos Serviços de Pagamento, mediante comunicação ao CONTRATANTE.

3.13.1. A substituição da Credenciadora e/ou Instituição de Pagamento ocorrerá sem quaisquer ônus ou despesas para o CONTRATANTE, mediante transferência automática dos Serviços de Pagamento outra empresa; ficando a CONTRATADA responsável por eventuais custos relativos à transferência dos serviços.

3.14. O CONTRATANTE poderá adicionalmente contratar a plataforma web de reembolso ("Plataforma de Reembolso"), por meio da qual será disponibilizado um formulário para requisição de reembolso pelos Utilizadores do CONTRATANTE, que ficará disponível a partir da data de encerramento do(s) evento(s) até a data previamente acordada entre as Partes por meio de proposta comercial aprovada pelo CONTRATANTE.

3.14.1. Sobre o saldo remanescente para reembolso de cada Utilizador do CONTRATANTE, será possível o desconto de uma taxa referente ao custo da transação financeira, despesas bancárias, impostos e sistema, sendo que caso o saldo remanescente seja inferior ou igual ao valor da referida taxa, não será devido o reembolso do saldo remanescente.

3.14.2. Para uso da Plataforma de Reembolso, o CONTRATANTE declara conhecer e estar de acordo, bem como, deverá orientar seus Utilizadores com relação às regras gerais para operacionalizar o reembolso, descritas abaixo:

- a) Somente os cartões ativos no(s) evento(s) estarão aptos a receber reembolso de saldo remanescente;
- b) Caso o contratante tenha optado por informar o número do documento pessoal ou outra informação de identificação no ato da ativação do cartão, deverá informar os mesmos dados no ato da solicitação do reembolso. Nesse caso, o reembolso somente será realizado em conta bancária cujas informações sejam as mesmas cadastradas no ato da ativação do cartão.
- c) Caso o CONTRATANTE tenha optado por não revelar suas informações pessoais, como o número do documento de identificação, número de telemóvel, e-mail, ou outros dados que possibilitem o reconhecimento do cartão ativado, o reembolso somente poderá ser solicitado mediante informação do número de identificação do cartão.
- d) O CONTRATANTE se responsabiliza por informar aos seus Utilizadores que é sobre a responsabilidade pela guarda e conservação do cartão, bem como o comprometimento de não o perder ou extraviá-lo. Em caso de perda ou extravio, não será concedido reembolso ao Utilizador.
- e) O reembolso será realizado em até 35 (trinta e cinco) dias após a data de encerramento do prazo de preenchimento do formulário.

3.15. Na hipótese de o CONTRATANTE não contratar a Plataforma de Reembolso, a CONTRATADA não poderá ser responsabilizada por quaisquer demandas de Utilizadores com relação a solicitações de reembolso de saldo remanescente, incluindo, mas sem se limitar, a ações judiciais ou administrativas de qualquer natureza, cabendo tal responsabilização única e exclusivamente ao CONTRATANTE, ficando reservado à CONTRATADA o direito de regresso.

4 – Chargeback e Contestação das Transações com Cartão

4.1. Nas transação realizadas com cartão de crédito, débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país perante a Credenciadora, aplicam-se ao CONTRATANTE: (i) as regras de Chargeback e cancelamento estipuladas pela Credenciadora e bandeiras dos cartões; e (ii) respectivas multas e penalidades originalmente aplicáveis à CONTRATADA pela Credenciadora ou bandeiras, em caso de descumprimento, pelo CONTRATANTE, de suas regras, de acordo com a quantidade de transações realizadas com cartões que vierem a ser contestadas, canceladas ou não reconhecidas, durante o procedimento de Chargeback.

4.2. O CONTRATANTE deverá, quando solicitado pela CONTRATADA, fornecer o comprovante de venda impresso no Equipamento e toda a documentação referente à comprovação da entrega dos produtos ou serviços para afastar a contestação por Chargeback, sendo que a falta de apresentação deste documento será entendida como falta de entrega do produto e/ou serviço.

4.3. Se houver indícios de irregularidade na transação com cartão de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país, diante do não reconhecimento pelo Utilizador, reclamação, Chargeback ou cancelamento referente a um pagamento recebido pelo CONTRATANTE, a Credenciadora poderá reter temporariamente e compensar respectivos valores com os créditos a serem pagos para cobrir o valor da respectiva obrigação.

4.3.1. O CONTRATANTE declara-se ciente da possibilidade de suspensão do pagamento das transações com cartão de crédito e débito ou outras formas de pagamento online em vigor no país, pelo tempo necessário para a apuração de eventual Chargeback, quando for realizada qualquer transação que não for compatível com o valor, a natureza e o ramo de atividade do CONTRATANTE e do Utilizador.

4.4. Os prazos e o procedimento de Chargeback serão aqueles definidos pelas bandeiras e Credenciadora, conforme regras de mercado.

5- Equipamentos necessários para a utilização dos Serviços de Pagamento

- 5.1. Para utilizar os Serviços de Pagamento prestados pela Credenciadora, o CONTRATANTE deverá utilizar Equipamento para captura das transações com cartão de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país, os quais serão disponibilizados pela CONTRATADA em comodato ou locação, conforme o caso.
- 5.1.1. Em caso de mau uso, extravio e/ou danos que resultem em avarias no Equipamento, o CONTRATANTE fica obrigado a ressarcir a CONTRATADA, conforme valores cobrados pelas Credenciadoras e/ou Instituições de Pagamento. Se houver extravio e/ou danos em equipamentos ou acessórios distintos do especificado pelas Credenciadoras e/ou Instituições de Pagamento, será fornecida tabela de valores previamente à cobrança.
- 5.2. O CONTRATANTE deverá fornecer energia adequada ao funcionamento dos terminais, preparando-os para sua instalação, sendo assim, nos pontos fixos como bares e/ou caixas, deverá ser disponibilizada uma tomada de energia exclusiva para uso.
- 5.3. A CONTRATADA garante que o Equipamento se encontra em condições adequadas de uso, conservação e funcionamento, tendo sido revisado antes de ser disponibilizado, conforme o relatório de vistoria conferido e assinado pelo CONTRATANTE, e deve ser devolvido ao término do comodato ou da locação, conforme o caso.
- 5.4. Para comprovar as condições do Equipamento, será realizada, tanto no ato de sua entrega ao CONTRATANTE, quanto na sua devolução, uma vistoria, devendo ser assinado um relatório atestando seu estado, valendo tal documento como comprovante das condições / estado de entrega e devolução.
- 5.5. O período do comodato ou da locação, conforme o caso, é fixado a partir da data do efetivo recebimento do Equipamento pelo CONTRATANTE.
- 5.6. A manutenção corretiva ou substituição do Equipamento defeituoso deverá ser realizada pela CONTRATADA, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, exceto pela troca de suprimentos, tais como rolos térmicos e bateria. Caso seja comprovada a má utilização pelo CONTRATANTE, os custos referentes à manutenção deverão ser pagos pelo CONTRATANTE.
- 5.7. O CONTRATANTE declara-se ciente da infraestrutura necessária para o adequado uso do Equipamento, assue integral responsabilidade por todos os custos associados.
- 5.8. Além das obrigações estabelecidas neste Contrato, o CONTRATANTE deverá:
- a) Notificar imediatamente a CONTRATADA acerca da ocorrência de quaisquer problemas ocorridos com o Equipamento;
 - b) Garantir que todo e qualquer conserto do Equipamento seja efetuado única e exclusivamente pela CONTRATADA ou por pessoa por esta formalmente indicada;
 - c) Não emprestar, arrendar, sublocar ou ceder o Equipamento a terceiros, a qualquer título, bem como não os transferir para outro local sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA;
 - d) Tomar as devidas cautelas e observar as instruções relativas à segurança e confidencialidade no manuseio dos Equipamentos, acessórios e software instalado nos mesmos, visando a proteção das transações e informações ocorridas no(s) evento(s) e/ou estabelecimento(s);
 - e) Não realizar qualquer alteração e/ou adaptação nos terminais, máquinas e Equipamentos, nem neles utilizar outros programas de software que não os licenciados e de propriedade da CONTRATADA;
 - f) Indenizar a CONTRATADA por quaisquer danos decorrentes de sinistros, com destruição parcial ou total, motivada por queda, uso inadequado ou indevido, negligência, imperícia, quebra do lacre de garantia,

imprudência ou caso de roubo, furto, extravio, pagando à CONTRATADA o valor de mercado do Equipamento, a título de multa não compensatória;

g) Em caso de roubo ou furto, o CONTRATANTE obriga-se a providenciar o respectivo boletim de ocorrência perante o órgão competente em até 24 (vinte e quatro) horas após o fato e a enviar uma cópia do boletim de ocorrência para a CONTRATADA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato; e

h) Assumir com os custos referentes ao serviço de instalação não realizada, por deficiência ou falta de infraestrutura básica.

5.9. A CONTRATADA não se responsabiliza por solução de problemas relacionados ao funcionamento do Equipamento que não sejam de sua propriedade e que possam interferir na sua plena utilização, tais como problemas relacionados a softwares de terceiros, rede de telefonia ou acesso à internet etc.

5.10. O CONTRATANTE se responsabiliza por qualquer tipo de clonagem ou fraudes relativas ao uso inadequado do Equipamento.

5.11. Em caso de não devolução dos terminais (POS), será devida uma penalidade no valor de €15,00 (quinze euros) por equipamento, por cada dia de atraso, até à efetiva devolução. O prazo máximo para devolução dos equipamentos é de dois dias úteis, contados a partir do termo do evento, ou, em caso de resolução contratual, a partir da data de encerramento da parceria.

6– Remuneração da CONTRATADA

6.1. Em troca da intermediação e licença de uso da Plataforma e prestação dos Serviços previstos neste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA uma remuneração de acordo com os valores descritos no Termo de Aceite/Contrato (“Remuneração”).

6.2. O pagamento da Remuneração devida à CONTRATADA se dará por meio de transferência bancária, realizada pela CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da factura, ressalvados os casos em que haja prazo diferente estabelecido no Termo de Aceite/Contrato.

6.3. A Remuneração da CONTRATADA será variável, mediante a aplicação de um percentual sobre o valor das transações com cartão de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país realizadas pelo CONTRATANTE. A apuração da Remuneração devida à CONTRATADA poderá ser realizada mensalmente ou ao término de um determinado evento.

6.3.1. Independente do volume de transações com cartão de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país realizada pelo CONTRATANTE, o CONTRATANTE deverá pagar o valor mínimo de Remuneração, quando previsto expressamente no Termo de Aceite/Contrato.

6.3.2. O valor da contraprestação será atualizado, anualmente, na data correspondente à assinatura do presente Contrato, de acordo com a variação positiva do Índice de Preços no Consumidor (IPC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ou de outro índice oficial que legalmente o substitua.

6.3.3. O não pagamento da contraprestação na data do seu vencimento implicará o pagamento de uma penalidade de 5% (cinco por cento) sobre o montante em dívida, acrescida de juros moratórios à taxa legal em vigor, bem como da atualização do valor em falta com base na variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ou outro índice oficial que legalmente o substitua, calculados proporcionalmente ao período de mora.

6.3.4. A ausência de pagamento resultará, ainda, na suspensão imediata dos Serviços e bloqueio de acesso à Plataforma; sem prejuízo da adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para a cobrança do crédito, inclusive a inclusão do débito nos órgãos de proteção ao crédito.

6.4. A não utilização da Plataforma pelo CONTRATANTE não afetará o valor da Remuneração a ser paga pela CONTRATADA durante o Prazo Inicial de vigência deste Contrato, considerando os custos e despesas incorridos pela CONTRATADA para a instalação, setup, customização e disponibilização da Plataforma e da Aplicação.

6.5. O valor da Remuneração será reajustado, automaticamente, sempre que houver a alteração dos tributos incidentes sobre o objeto deste Contrato, conforme definido pela respectiva legislação aplicável, bastando, para tal, o envio de simples notificação por escrito.

6.6. A CONTRATADA poderá cobrar outras modalidades de remuneração em razão de serviços adicionais que vierem a ser prestados ao CONTRATANTE, de acordo com os valores indicados no Termo de Aceite/Contrato.

7. – Obrigações Adicionais do CONTRATANTE

7.1. O CONTRATANTE será exclusivamente responsável pela qualidade, existência, quantidade, segurança, entrega e garantia dos produtos ou serviços comercializados aos Utilizadores; de forma que a CONTRATADA não exercerá qualquer controle ou fiscalização e não terá qualquer responsabilidade sobre os produtos ou serviços, nem pela veracidade do Conteúdo disponibilizado na Aplicação ou na Plataforma.

7.2. Será de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE o cumprimento de todas as obrigações decorrentes de sua atividade empresarial, incluindo, mas não se limitando, as obrigações fiscais, trabalhistas cíveis e/ou consumeristas; estando a CONTRATADA isenta de quaisquer ônus ou responsabilidade.

7.3. Por meio da Plataforma, o CONTRATANTE poderá optar pela utilização de uma funcionalidade que permite a gestão das vendas realizadas aos Utilizadores, incluindo a possibilidade de emissão de notas fiscais, mediante envio de informações a serem fornecidas exclusivamente pelo CONTRATANTE (“Módulo Fiscal”).

7.3.1. Ao utilizar o Módulo Fiscal, o CONTRATANTE responsabiliza-se, com exclusividade, por toda e qualquer informação prestada; incluindo aspectos contábeis, fiscais, entre outros, responsabilizando-se pela qualidade, segurança e acuidade de qualquer informação que venha a ser necessária.

7.3.2. A CONTRATADA se responsabiliza apenas e tão somente pelo funcionamento do Módulo Fiscal, sendo que qualquer erro na utilização do Módulo Fiscal e/ou na emissão de notas fiscais será de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE; que se compromete a isentar a CONTRATADA de quaisquer ônus ou responsabilidade, inclusive perante as secretarias da fazenda municipais, estaduais e federais.

7.4. Caberá ao CONTRATANTE dirimir diretamente com os Utilizadores eventuais reclamações relacionadas com os produtos ou serviços comercializados, tendo em vista que os Serviços prestados pela CONTRATADA se limitam à disponibilização de tecnologia para que o CONTRATANTE possa divulgar Conteúdo na Aplicação ou na Plataforma.

7.5. O CONTRATANTE reconhece e concorda que a CONTRATADA: (i) presta serviços de tecnologia e não realiza qualquer fiscalização sobre os Levantamentos; (ii) não se responsabiliza pela idoneidade financeira dos Utilizadores e não garante o pagamento pela venda de qualquer produto ou serviço comercializado pelo CONTRATANTE; e (iii) não presta qualquer garantia pelos Serviços de Pagamento integrados na Plataforma.

7.6. O CONTRATANTE assume total responsabilidade pelos casos em que a Plataforma for afetada em razão de programas externos utilizados, bem como pela instalação de antivírus e outros *softwares* de segurança.

7.6.1. Dentre as Funcionalidades presentes na Plataforma está disponível uma ferramenta de impressão de cupons para comercialização de produtos para consumo pelos Utilizadores do(s) evento(s) e/ou estabelecimento(s), a qual, considerando a evolução tecnológica dos aparelhos smartphones e dos meios de impressão, se torna passível de eventual clonagem e/ou falsificação de cupons. O CONTRATANTE, caso opte pela utilização desta ferramenta, declara estar ciente deste risco, bem como, ser de sua exclusiva responsabilidade todo e qualquer dano. Alternativamente a esta ferramenta, a CONTRATADA possui em sua Plataforma outras Funcionalidades que não apresentam este mesmo risco.

7.7. Além das obrigações previstas neste Contrato, o CONTRATANTE se compromete, ainda, a (i) manter a Plataforma atualizada, objetivando correção de erros, melhorias e adaptações indicadas pela CONTRATADA; e (ii) criar backups (cópias de segurança) dos dados obtidos em razão da utilização da Plataforma, comprometendo-se a armazená-los em servidores protegidos e seguros.

7.8. O CONTRATANTE declara estar ciente de que, na hipótese de existência de saldo remanescente nos cartões ou pulseiras pré-pagos após o termo de validade neles estipulado, assume a responsabilidade exclusiva por quaisquer reclamações, litígios ou procedimentos que daí resultem, obrigando-se a isentar a CONTRATADA de toda e qualquer responsabilidade e a afastá-la de eventuais processos judiciais ou administrativos relacionados com tais saldos, na qualidade de beneficiário principal.

7.9. O CONTRATANTE deverá informar ao seus Utilizadores os valores correspondentes a não devolução dos cartões e pulseiras, bem como a forma de devolução da taxa da caução do cartão e/ou eventual saldo remanescente não utilizado pelo Utilizador (público). A devolução de tais valores, taxa da caução e saldo remanescente dos cartões são de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE perante seu público.

7.10. Este Contrato não estabelece qualquer relação de emprego entre a CONTRATADA e os empregados e/ou subcontratados do CONTRATANTE, sendo o CONTRATANTE o único e exclusivo responsável pelo recrutamento, seleção, contratação, administração e gerenciamento de seus funcionários e subcontratados.

7.11. Na hipótese de ajuizamento de processos judiciais e/ou administrativos de qualquer natureza, inclusive trabalhista, fiscal, cível ou consumerista, contra a CONTRATADA, seus sócios, executivos, empregados ou prepostos (“Partes Indenes”), relativamente aos Utilizadores, funcionários, subcontratados ou quaisquer pessoas envolvidas pelo CONTRATANTE em sua atividade, o CONTRATANTE se obriga a assumir de imediato o processo judicial ou administrativo, na qualidade de única parte legítima, reivindicando para si a responsabilidade pelas obrigações exigidas nos referidos processos e requerendo a exclusão das Partes Indenes do polo passivo do processo, isentando-as de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

8. – Privacidade das Informações

8. – Proteção de Dados e Privacidade

8.1. A CONTRATADA tratará os Dados Pessoais do CONTRATANTE e dos Utilizadores em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 (GDPR) e demais legislação aplicável. A Política de Privacidade da CONTRATADA, parte integrante do presente Contrato, encontra-se disponível em <https://zig.fun/termos-e-politicas/>.

8.2. A CONTRATADA apenas enviará comunicações de natureza informativa ou promocional ao CONTRATANTE mediante consentimento prévio, expresso e informado, salvo quando exista outra base legal válida nos termos do GDPR.

8.3. A CONTRATADA apenas divulgará Dados Pessoais a autoridades judiciais, regulatórias ou administrativas mediante obrigação legal válida e vinculativa.

8.4. Cada Parte será responsável pelo cumprimento das obrigações que lhe incumbam ao abrigo do GDPR e da legislação aplicável. O CONTRATANTE garante que dispõe de base legal adequada para o fornecimento de Dados Pessoais à CONTRATADA e para o seu tratamento ao abrigo do presente Contrato.

8.5. A CONTRATADA implementará e manterá medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os Dados Pessoais contra tratamento não autorizado ou ilícito, perda, destruição ou danificação acidental (“Medidas de Segurança”), em conformidade com o artigo 32.º do GDPR. A CONTRATADA poderá modificar ou atualizar as referidas medidas, desde que tal não resulte numa redução material do nível de proteção.

8.6. A CONTRATADA garantirá que todo o pessoal por si autorizado a tratar Dados Pessoais em seu nome se encontra sujeito a adequadas obrigações de confidencialidade, por força de lei ou contrato.

8.7. Em caso de Violação de Dados Pessoais, a Parte afetada notificará a outra sem demora injustificada e, em qualquer caso, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após ter tido conhecimento da violação, prestando toda a assistência razoável para cumprimento das obrigações legais perante as autoridades competentes e os titulares dos dados.

8.8. A CONTRATADA eliminará ou anonimizará os Dados Pessoais após o termo da finalidade ou mediante solicitação válida do CONTRATANTE, salvo se a sua retenção for exigida por lei. Dados conservados em sistemas de cópia de segurança permanecerão isolados, sem possibilidade de utilização ativa, até serem eliminados nos termos das práticas de retenção seguras da CONTRATADA.

8.9. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) cumprir todas as obrigações de transparência e licitude aplicáveis à recolha e utilização dos Dados Pessoais, nos termos do GDPR, incluindo a obtenção de consentimentos e autorizações que se revelem necessários;
- b) assegurar a regularidade da transferência ou disponibilização de acesso aos Dados Pessoais à CONTRATADA;
- c) implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para o cumprimento das obrigações que lhe incumbam ao abrigo do GDPR.

8.10. O CONTRATANTE informará de imediato a CONTRATADA caso deixe de estar em condições de cumprir as responsabilidades previstas na presente cláusula, no GDPR ou noutra legislação aplicável.

8.11. A CONTRATADA apenas tratará Dados Pessoais para os fins previstos no presente Contrato, salvo obrigação legal em contrário. A CONTRATADA não é responsável pelo cumprimento de obrigações legais que incumbam exclusivamente ao CONTRATANTE.

8.12. A CONTRATADA poderá aceder e tratar Dados Pessoais em escala global na medida do estritamente necessário para a prestação dos Serviços previstos no presente Contrato, assegurando que quaisquer transferências internacionais de dados cumprem os requisitos do Capítulo V do GDPR, nomeadamente mediante decisões de adequação da Comissão Europeia ou a adoção de cláusulas contratuais-tipo aprovadas pela Comissão Europeia.

9. – Propriedade Intelectual

9.1. A CONTRATADA detém todos os direitos referentes ao código-fonte da Plataforma e da Aplicação, incluindo o método de funcionamento, APIs de integração, fotografias, imagens, logomarcas, projetos, marcas, textos, gráficos, ícones, clipes de áudio, compilação de dados, vídeos, sinais distintivos e informações.

9.2. Sob pena de sanções previstas na legislação em vigor, é vedado ao CONTRATANTE qualquer tipo de reprodução, total ou parcial, permanente ou provisória, de forma gratuita ou onerosa, mesmo que sem alterações, da Plataforma, da Aplicação e de suas Funcionalidades, mesmo por meio de hiperlink, sem a expressa autorização escrita da CONTRATADA, ainda que sejam realizados como referências e/ou propagandas em websites ou qualquer outro meio de veiculação de informações.

9.3. O CONTRATANTE reconhece que a Plataforma e todas as suas Funcionalidades são protegidos pela legislação de direitos autorais e de proteção aos programas de computador, e que a CONTRATADA é exclusiva titular de todos e quaisquer direitos de propriedade intelectual, incluindo direitos autorais e segredos de negócio.

9.4. É vedado ao CONTRATANTE: (i) transferir, comercializar, sublicenciar, autorizar o uso por terceiros ou, de qualquer outra forma, alienar a Plataforma; (ii) efetuar modificações, acréscimos ou derivações na Plataforma, por si ou por terceiros; (iii) fazer engenharia reversa, decompilar ou desmontar a Plataforma, ou adotar qualquer outra medida que possibilite o acesso ao código-fonte da Plataforma; e (iv) copiar, total ou parcialmente, a Plataforma, ou usá-la de modo diverso do expressamente estipulado neste Contrato.

10. – Prazo de Vigência e Extinção

10.1. Este Contrato torna-se efetivo a partir da assinatura do mesmo e permanecerá em vigor pelo período estipulado no Termo de Aceitação/Contrato (“Prazo Inicial”), devendo o CONTRATANTE realizar o pagamento da Remuneração durante este período.

10.2. Após o término do Prazo Inicial, previsto no Termo de Aceite/Contrato, este Contrato permanecerá em vigor por prazo indeterminado, e poderá ser denunciado, por qualquer das Partes, a qualquer tempo, mediante notificação com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem a incidência de quaisquer ônus, multas ou penalidades.

10.2.1. Durante o prazo de aviso prévio, o CONTRATANTE deve cumprir com suas obrigações perante todos os Utilizadores. Após o decurso deste prazo, será suspensa a intermediação e licença da Plataforma.

10.3. Este Contrato poderá ser considerado extinto, imediatamente e sem a necessidade de aviso prévio, nos casos em que: (i) houver o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato, por período superior a 10 (dez) dias contados do recebimento de notificação pela Parte Infratora; (ii) o CONTRATANTE deixar de pagar a Remuneração devida à CONTRATADA, por período superior a 30 (trinta) dias; ou (iii) ocorrer a suspensão, pelas autoridades competentes, da execução deste Contrato.

10.4. Caso a denúncia venha a ser exercida pelo CONTRATANTE antes do decurso do Prazo Inicial:

- a) no caso de estabelecimento(s) comercial(ais), o CONTRATANTE ficará obrigado a pagar à CONTRATADA, a título de cláusula penal compensatória e não indenizatória, um montante equivalente a duas (2) vezes a média da Remuneração paga nos últimos três (3) meses de vigência, proporcional ao período não cumprido do Prazo Inicial previsto no Termo de Aceitação; ou
- b) no caso de evento(s), o CONTRATANTE ficará obrigado a pagar à CONTRATADA uma compensação correspondente a vinte e cinco por cento (25%) do valor da Remuneração que seria devida em virtude da realização do(s) evento(s).

10.4.1. A compensação referida será calculada de forma proporcional ao período restante para o término do Prazo Inicial, ou proporcionalmente ao valor da Remuneração, conforme aplicável, devendo ser liquidada pelo CONTRATANTE no prazo de quinze (15) dias a contar da notificação enviada pela CONTRATADA. Em caso de mora, incidirão juros moratórios à taxa legal em vigor, bem como atualização com base no Índice de Preços no Consumidor (IPC), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, ou outro índice oficial que o substitua.

10.4.2. Caso a denúncia venha a ser exercida pelo CONTRATANTE após o término do Prazo Inicial, ou pela CONTRATADA a qualquer tempo, a rescisão ocorrerá sem direito a qualquer indenização, encargo ou penalidade, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já vencidas ou em curso à data da cessação.

10.5. Caberá ao CONTRATANTE proceder à realização do backup das informações contidas na Plataforma durante o período de vigência do Contrato, não assumindo a CONTRATADA qualquer responsabilidade pelo armazenamento, conservação ou transferência de dados para terceiros.

11.- Conduta Ética

11.1. Durante a vigência deste Contrato, o CONTRATANTE, por si e por suas subsidiárias, controladas e coligadas, bem como por seus respectivos sócios, diretores, conselheiros, administradores, executivos, empregados, prepostos, subcontratados, representantes e procuradores, expressamente concorda que: (i) deverá cumprir e respeitar de forma ampla e geral as leis e regulamentações aplicáveis e às demais leis relacionadas à atos de corrupção passiva e ativa, direito concorrencial, responsabilização fiscal e fraude; e (ii) não está a receber qualquer valor ou recursos para realização de subornos ou quaisquer outros atos que violem o exposto nesta cláusula.

11.2. O CONTRATANTE concorda e compromete-se a: (i) nunca receber ou propor, pagar ou prometer pagar, seja direta ou indiretamente, por qualquer benefício indevido a um funcionário/agente público, a um terceiro ligado a ele, ou a qualquer prestador de serviço com relação ao assunto deste Contrato como propósito de (a)

influenciar qualquer ação ou decisão de um funcionário público ou terceiro, ou (b) induzir tal funcionário público ou terceiro a fazer uso de sua influência para lhe favorecer indevidamente; (ii) não fraudar, manipular ou impedir qualquer licitação relacionada a este Contrato ou a execução de algum contrato administrativo dele decorrente; (iii) nunca solicitar ou obter vantagem ilícita ao negociar alterações ou prorrogações a contratos públicos eventualmente relacionados com este Contrato; e (iv) nunca impedir investigações ou inspeções feitas por funcionários/agentes públicos.

11.2.1. Adicionalmente, o CONTRATANTE concorda em notificar a CONTRATADA imediatamente por escrito, caso tome conhecimento que algum de seus sócios, diretores, conselheiros, administradores, executivos, empregados, prepostos, subcontratados e procuradores atuando em seu nome, recebam solicitação de algum funcionário público ou terceiro pedindo ou propondo pagamentos ilícitos e se compromete a enviar todas as informações e documentos relacionados se solicitado pela CONTRATADA.

11.2.2. Os termos “benefício indevido” e “vantagem ilícita”, descritos na cláusula acima, devem ser compreendidos como qualquer oferta, presente/brinde, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer valor ou qualquer coisa de valor (incluindo, mas não limitando-se a, refeições, entretenimento, despesas de viagens), direta ou indiretamente, para o uso ou benefício de qualquer funcionário/agente público, terceiro relacionado a tal funcionário público, ou a qualquer outro terceiro com o propósito de influenciar qualquer ação, decisão ou omissão por parte de um funcionário público ou terceiro para obter, reter ou direcionar negócios, ou garantir algum tipo de benefício ou vantagem imprópria às partes, seus Utilizadores, afiliadas ou qualquer outra pessoa.

11.2.3. O termo “funcionário/agente público” descrito na cláusula acima deve ser compreendido como: (i) qualquer indivíduo que, mesmo que temporariamente e sem compensação, esteja a serviço, empregado ou mantendo uma função pública em entidade governamental, entidade controlada pelo governo, ou entidade de propriedade do governo (indivíduos empregados por fundos de pensão públicos devem ser considerados “funcionários/agentes públicos” para o propósito deste Contrato), nacional ou estrangeira, ou em organizações públicas; (ii) qualquer indivíduo que seja candidato ou esteja ocupando um cargo público; (iii) qualquer partido político ou representante de partido político. As mesmas exigências e restrições também se aplicam aos familiares de funcionários públicos até o segundo grau (cônjuges, filhos e enteados, pais, avós, irmãos, tios e sobrinhos).

11.3. O descumprimento do disposto nesta cláusula ou de quaisquer leis anticorrupção pelo CONTRATANTE será considerado infração grave a este Contrato e conferirá à CONTRATADA o direito de rescindi-lo imediatamente, inclusive com a possibilidade de suspensão e retenção de todo e qualquer pagamento relacionado ao presente Contrato, a fim de ressarcir eventuais prejuízos sofridos.

11.4. O CONTRATANTE indenizará e isentará a CONTRATADA e/ou diretores, conselheiros, funcionários e/ou representantes, de qualquer perda, reivindicação, multa, custa ou quaisquer despesas incorridas pelo CONTRATANTE decorrentes de qualquer violação prevista nesta cláusula. Sem prejuízo das medidas legais cabíveis, o CONTRATANTE reconhece e concorda que a CONTRATADA fornecerá dados e informações pertinentes, quando solicitado pelas autoridades competentes, na hipótese de instauração de qualquer procedimento cujo objeto for a apuração de violação das leis anticorrupção aplicáveis a este Contrato.

12. – Disposições Gerais

12.1. Este Contrato não gera qualquer direito de exclusividade às Partes, bem como nenhum outro direito ou obrigação diverso daqueles aqui expressamente previstos, ficando afastada qualquer relação, ostensiva ou remota, de sociedade, joint-venture ou associação entre as Partes, não estando nenhuma delas autorizada a assumir quaisquer obrigações ou compromissos em nome da outra.

12.2. As Partes acordam que a CONTRATADA fica autorizada a realizar a análise financeira do CONTRATANTE. Esta análise financeira tem como objetivo avaliar a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais e verificar a evolução financeira do CONTRATANTE para a execução do presente Contrato. A CONTRATADA se compromete a tratar todas as informações adquiridas durante a análise financeira com confidencialidade e usá-las exclusivamente para os fins previstos no Contrato.

12.3. Os direitos de crédito a que a CONTRATADA tenha ou venha a ter direito ao abrigo do presente Contrato, incluindo prestações futuras e quaisquer outros montantes devidos, poderão ser objeto de cessão a título de garantia das obrigações assumidas pela CONTRATADA, não carecendo tal cessão do consentimento do CONTRATANTE. Qualquer alteração da conta bancária indicada para pagamento ou da forma de faturação aplicável será comunicada ao CONTRATANTE, pela própria CONTRATADA ou, se aplicável, pelo agente da garantia.

12.4. A eventual tolerância por qualquer das Partes quanto a qualquer violação dos termos e condições deste Contrato será considerada mera liberalidade e não será interpretada como novação, precedente invocável, renúncia a direitos, alteração tácita dos termos contratuais, direito adquirido ou alteração contratual.

12.5. A nulidade ou invalidade de qualquer das disposições deste Contrato não implicará na nulidade ou invalidade das demais, sendo que as disposições consideradas nulas ou inválidas deverão ser reescritas, de modo a refletir a intenção inicial das partes em conformidade com a legislação aplicável.

12.6. As Partes acordam que a CONTRATADA se compromete a cumprir um Acordo de Nível de Serviço (“SLA”) para a realização de revisões e aditivos nos Contratos celebrados com o CONTRATANTE. Conforme este SLA, todas as solicitações de revisão ou aditamento serão avaliadas e respondidas em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento da solicitação e informação necessária para revisão ou aditamento. A CONTRATADA envidará seus melhores esforços para garantir a agilidade e transparência em todas as etapas do processo de revisão e adição contratual, visando a satisfação mútua das Partes.

12.7. O CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a incluir, sem qualquer ônus ou encargo, seu nome, marcas, logotipos e morada, bem como, de seu(s) evento(s) e/ou estabelecimento(s), conforme o caso, em ações de marketing, em suas redes sociais, na Aplicação e/ou em qualquer outro meio ou material promocional utilizado pela CONTRATADA, autorizando inclusive a comunicação de dados, como: o nome de seu(s) evento(s) e/ou estabelecimento(s), conforme o caso, endereço, site, redes sociais, entre outros dados necessários para tal divulgação, ressalvado o direito de o CONTRATANTE revogar esta autorização a qualquer momento.

12.8. Os termos deste Contrato prevalecem sobre qualquer acordo ou contrato prévio, escrito ou verbal, que tenha sido levado a efeito pelas Partes com relação ao seu objeto.

12.9. O CONTRATANTE reconhece a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e eficaz, mesmo que feita com assinatura eletrônica por plataforma válida no país.

12.10. As Partes elegem o Foro da Cidade de Lisboa como único competente para dirimir as questões relativas ao presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Versão atualizada em
Lisboa / 18 de agosto de 2025.

ZIG TECH, UNIPESSOAL, LDA.

ANEXO I – ABERTURA DE CONTA DE PAGAMENTO

O presente anexo é parte integrante e inseparável do Contrato de Licença de Software, Intermediação e Prestação de Serviços (“Contrato”), celebrado entre CONTRATADA e CONTRATANTE.

1. Por meio deste Anexo, o CONTRATANTE concorda com a abertura de uma conta de pagamento individual e exclusiva Conta de Pagamento, perante a instituição de pagamentos a ser indicada pela CONTRATADA (“Instituição de Pagamento”).
2. O carregamento da Conta de Pagamento será realizado mediante a liquidação financeira decorrente de transações realizadas com cartões de crédito e débito ou outras formas de pagamento online vigentes no país a serem pagas pela Credenciadora que presta os Serviços de Pagamento.
 - 2.1. A CONTRATADA poderá, a qualquer momento, estipular outras formas de carregamento da Conta de Pagamento, mediante alteração deste Contrato e disponibilidade das tecnologias necessárias.
 - 2.2. Com o carregamento da Conta de Pagamento, os recursos estarão disponíveis nos prazos estabelecidos pela Instituição de Pagamento; sendo que os recursos depositados na Conta de Pagamento do CONTRATANTE poderão ser utilizados para resgate (“Levantamento”), mediante transferência para: (i) a conta bancária de titularidade do CONTRATANTE; ou (ii) para a conta bancária de terceiros indicados pelo CONTRATANTE;
4. A Instituição de Pagamento poderá determinar limites de valor mínimo e máximo para o carregamento das Contas de Pagamento e para a realização do Levantamento.
 - 4.1. Os critérios poderão ser alterados a qualquer momento pela Instituição de Pagamento, com antecedência de 05 (cinco) dias, e mediante comunicação ao CONTRATANTE.
5. Os recursos creditados na Conta de Pagamento do CONTRATANTE serão mantidos em conta bancária de sua titularidade na Instituição de Pagamento, em instituição financeira de primeira linha: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Instituição de Pagamento; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Instituição de Pagamento, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Instituição de Pagamento; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Instituição de Pagamento; e (iv) não compõem o ativo da Instituição de Pagamento, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.
6. Os recursos mantidos na Conta de Pagamento, salvo se expressamente pactuado de modo diverso, não sofrerão qualquer tipo de acréscimo ou alteração, tais como correção monetária e juros; e nem haverá o pagamento de qualquer remuneração o CONTRATANTE, independentemente do período que ficarem depositados.
7. Os valores depositados na Conta de Pagamento devem ser utilizados para pagamentos e transferências, sendo considerados pela Instituição de Pagamento recursos em trânsito de titularidade do CONTRATANTE.
8. O CONTRATANTE não poderá ceder ou onerar, a qualquer título, os direitos sobre os recursos depositados em sua Conta de Pagamento, sem a prévia e escrita autorização da Instituição de Pagamento, sob pena de ineficácia da cessão ou ônus perante a Instituição de Pagamento.
9. O CONTRATANTE terá acesso à movimentação de sua Conta de Pagamento, podendo visualizar no Plataforma, o saldo e histórico das movimentações. A disponibilização do saldo e do extrato das movimentações caracteriza-se como prestação de contas, para todos os fins legais.
10. A Instituição de Pagamento disponibilizará acesso às transações realizadas dos últimos 12 (doze) meses, sendo que após este prazo a Instituição de Pagamento não se responsabiliza pela manutenção das informações, cabendo ao CONTRATANTE o controle e arquivo, inclusive com a possibilidade de impressão do extrato disponibilizado.

11. O CONTRATANTE declara-se ciente de que os serviços previstos neste Contrato se destinam tão somente a efetivar pagamentos e recebimentos em moeda nacional, bem como assegura que todos os recursos movimentados em sua Conta de Pagamento serão oriundos de fontes lícitas e declaradas, isentando a Instituição de Pagamento de qualquer responsabilidade.

12. A Instituição de Pagamento poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, incluir ou alterar os termos e condições relacionados à Conta de Pagamento, mediante alteração deste Anexo e comunicação ao CONTRATANTE.